

**Ata da 34ª Reunião Ordinária do
Conselho Municipal de Saneamento Básico**

- Ordem do dia: 1. Aprovação da recondução dos representantes da Sociedade Civil
2. Eleição da Mesa Diretora
3. Serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos (SESURB)
4. Aprovação das contas do Fundo Municipal de Saneamento Básico de 2025 (SESURB)
- Data, horário: 25 de maio de 2026, as 14 horas
- Local: Casa dos Conselhos, Rua Xavantes, 51, Tupi
- Participantes: Representantes do Poder Executivo Municipal
Secretaria de Meio Ambiente (SEMA)
Titular: Valdir Pereira Ramos Filho
Secretaria de Habitação (SEHAB)
Suplente: André Magalhães Perez
Secretaria de Educação (SEDUC)
Titular: Eliane Aparecida Milani de Queiroz
Secretaria de Planejamento (SEPLAN)
Titular: Josie Yabuta de Lima Hollanda
Suplente: Cintia Regina Santa Maria
Secretaria de Obras Públicas (SEOP)
Suplente: Elaine Ferreira Louzano
Secretaria de Serviços Urbanos (SESURB)
Suplente: Israel Lucas Evangelista
Secretaria de Governo (SEG)
Titular: Douglas Gianotti
Representantes da Sociedade Civil Organizada
Instituto de Desenvolvimento Tecnológico, Educacional e Ambiental
Titular: Jaspe Lopes
Suplente: José de Ribamar Ramos Santos
Ecophalt – Cidadania e Sustentabilidade, Ecologia com Praticidade
Titular: Syllis Flávia Paes Bezerra
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP)
Titular: Fernando Eduardo Ventura Doveri
Sindicato dos Trabalhadores Municipais da Estância Balneária de Praia Grande
Suplente: Hudson Benevides de Campos
Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON)

Titular: Andrea Chrystinne Monteiro Beserra Rodrigues

Convidados: Marcelus Conde Machado (SESURB)
Ricardo Barreto (SESURB)
Nádia Regina Almeida (SUBCOM)

Observações: Convocação dos Conselheiros em 11/05/2026, através do Ofício Circular CMSB 07/2026.
Deliberações do Conselho tomadas por maioria simples.
Aprovação das contas do Fundo Municipal de Saneamento Básico por maioria absoluta.

Acolhendo os artigos de 24 a 28 da Lei 1.697/2013, alterados pela Lei 1.913/2018, e o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saneamento Básico, a Presidente, Sra. Josie Yabuta de Lima Hollanda, representante titular da Secretaria de Planejamento, cumprimentou os membros presentes, mencionou o início da reunião as 14h18 e expôs brevemente os assuntos a serem tratados.

ORDEM DO DIA

APROVAÇÃO DA RECONDUÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Sra. Josie dispôs a primeira ordem do dia ser aprovação da recondução dos representantes da Sociedade Civil no CMSB.

Sra. Cintia explicou ainda não haver a publicação do Decreto com condições de participação no processo de escolha das entidades de Sociedade Civil no CMSB. E sugeriu votação para recondução dos atuais representantes por mais um ano.

Sr. Valdir questionou sobre a participação da SABESP no CMSB. Sra. Josie informou sobre a importância da presença da SABESP nas reuniões. Sra. Cintia esclareceu que a legislação exige representação de uma prestadora de serviços de saneamento básico.

E pediu que os membros contra a aprovação da recondução dos representantes da sociedade civil se manifestassem, em ordem.

Como não houveram manifestações contra, por unanimidade, foi aprovada a recondução das entidades da Sociedade Civil que compõem o Conselho, por mais um ano.

ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA

Sra. Josie dispôs a segunda ordem do dia ser eleição da mesa diretora.

Sra. Cintia expôs que o CMSB é formado por Plenário e Mesa Diretora, composta por Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral e 1º Secretário. A composição do Plenário garante participação paritária de representantes da Sociedade Civil e do Poder Executivo. Conforme legislação, cabe a representante titular da Secretaria de Planejamento a função de Presidente do CMSB. Segundo Regimento Interno, o Vice-Presidente, o Secretário Geral e o 1º Secretário são eleitos, anualmente, através de voto direto e por maioria simples.

Em 26/05 e 29/09/2025, foram eleitos: Vice-Presidente, Israel Lucas Evangelista (SESURB); Secretária Geral, Cintia Regina Santa Maria (SEPLAN) e 1º Secretário, Hudson Benevides de Campos (Sindicato dos Trabalhadores Municipais).

Comentou sobre o Vice-Presidente substituir o Presidente, em sua ausência.

Perguntou se alguém se candidataria a ser Vice-Presidente.

Sra. Josie sugeriu a permanência do Sr. Israel.

Sr. Ribamar comentou ainda não existir sociedade organizada para haver mudança nesta situação. E foi favorável a recondução do Sr. Israel.

Como não houveram outros candidatos, por unanimidade, foi eleito o Sr. Israel Lucas Evangelista (SESURB).

Sra. Cintia comentou algumas atribuições do Secretário Geral, como preparar cada tema da pauta da ordem do dia, lavar a ata juntamente com o Presidente, enviar a ata aos Conselheiros, entre outras.

Perguntou se alguém se candidataria a ser Secretário Geral.

Sr. Israel sugeriu a permanência da Sra. Cintia.

Como não houveram outros candidatos, por unanimidade, foi eleita a Sra. Cintia Regina Santa Maria (SEPLAN).

Sra. Cintia comentou sobre o 1º Secretário substituir o Secretário Geral.

Perguntou se alguém se candidataria a ser 1º Secretário.

Ao sugerir que representantes da Sociedade Civil se candidatassem, Sra. Syllis se manifestou.

Como não houveram outros candidatos, por unanimidade, foi eleita a Sra. Syllis Flávia Paes Bezerra (Ecophalt).

LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Sra. Cintia dispôs a terceira ordem do dia ser limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. E convidou o Sr. Marcelus para realizar a apresentação destes serviços públicos.

Sr. Marcelus expôs que Praia Grande recebe cerca de 10.000 pessoas por ano, que não possuem identidade com o Município, não sabem o cronograma da coleta do lixo domiciliar ou o telefone do Rapa-Treco e descartam resíduos fora o dia.

Sra. Syllis questionou sobre os canais de comunicação para divulgação dos cronogramas e roteiros dos serviços.

Sra. Josie respondeu que as informações estão disponíveis no site de Praia Grande e nas redes sociais.

Sr. Marcelus mencionou a existência de cerca de 900 pontos de descartes irregulares no Município, que aumentam gradativamente, envolvem a fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente e demandam muita energia para cumprir com os serviços de limpeza urbana.

Que no momento, a coleta domiciliar conta com doze (12) caminhões, chegando a dezessete (17) caminhões em alta temporada, em 100% da malha urbana. A coleta do lixo séptico atende todos os estabelecimentos que produzem este resíduo e também as carcaças de animais. A coleta seletiva conta com doze (12) caminhões e duas (2) cooperativas. Que o Município possui vinte e quatro (24) Ecopontos para descarte de materiais recicláveis, poda de árvore e entulho e também os serviços “Rapa-Treco” com doze (12) caminhões atendendo todos os bairros.

Sr. Marcelus citou os mutirões de limpeza que duram sessenta (60) dias em cada bairro; a central de compostagem que reutiliza resíduos de feiras para produzir adubo; a triagem para destinação adequada dos resíduos; 120.500 toneladas de lixo domiciliar coletado em 2025 e custos disponibilizados no portal da transparência do Município.

Dispôs que a coleta de lixo é dispendiosa e o aterro sanitário está praticamente esgotado/saturado.

Sr. Valdir informou que há alguns anos estudam a ampliação do aterro sanitário e que há possibilidade de URE (Unidade de Recuperação Energética) se instalar no local, necessitando de testes.

Sr. Marcelus destacou que o serviço mais oneroso é a coleta do lixo descartado irregularmente, por necessitar de serviços extras a logística programada, sendo que as comunidades possuem toda a estrutura municipal. E falou sobre o transbordo municipal ter sido recentemente duplicado para atendimento da demanda.

Sra. Syllis perguntou se a coleta seletiva acontece três (3) vezes por semana.

Sr. Ricardo respondeu que em apenas três (3) bairros é realizada duas (2) vezes por semana, que não é executada nos domingos e que a coleta seletiva e a domiciliar são realizadas em dias diferentes.

Sr. Marcelus esclareceu que o Município fornece suporte para as cooperativas como manutenções dos equipamentos e instalações.

Sra. Syllis questionou sobre a quantidade de Ecopontos que recebem pneus.

Sr. Ricardo respondeu que quatro (4) Ecopontos recebem pneus, por possuírem estrutura adequada (cobertura), Aviação, Tupi, Caiçara e Esmeralda.

Sr. Marcelus informou que em 2025 foram recebidos 55.494 pneus nos Ecopontos. Que o MP (Ministério Público) possui um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) com empresas que comercializam pneus para a destinação correta dos pneus e a SESURB emite documento para as empresas.

Sr. Hudson expôs que os resíduos permanecem muito tempo nos Ecopontos.

Sr. Marcelus explicou que pode acontecer em alguns dias, porque depende da quantidade de resíduos que os munícipes entregam. Que existem cinco (5) poliguindastes para passarem nos vinte e quatro (24) Ecopontos e levarem as caçambas até o transbordo municipal para descarte. E, às vezes, alguns Ecopontos estão esgotados no mesmo momento, necessitando de várias viagens.

Sr. Ricardo explicou que a distância entre os Ecopontos e o transbordo municipal, com balanço, pode causar esta demora.

Sr. Ribamar questionou sobre o gerenciamento dos Ecopontos quando esgotados.

Sr. Marcelus explicou que há grupo no WhatsApp para priorizar a passagem dos poliguidastes nos Ecopontos esgotados.

Sr. Valdir esclareceu que trabalhou como gerente da CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) de Santos e atuava em todas as cidades da Baixada Santista, que, na visão do GAEMA (Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente/ MP) e dos órgãos de fiscalização da região, Praia Grande é exemplo da gestão dos resíduos domiciliares e da construção civil, mesmo lidando com a sazonalidade.

Sra. Syllis falou sobre a importância da educação ambiental na questão dos resíduos.

Sr. Israel mencionou que Praia Grande foi pioneiro no sistema de rastreamento dos resíduos da construção civil. E que existem muitos serviços a serem melhorados/aprimorados.

Sr. Ribamar citou vários serviços públicos de outros Municípios que podem ser estudados e adaptados para Praia Grande.

Sr. Marcelus informou que a coleta do “Rapa Treco” teve expressivo aumento, cerca de 5.000 toneladas de resíduos. Que a equipe de arborização para a poda possui triturador, gerando resíduos para a compostagem, e quatro (4) caminhões. A central de compostagem, com sua estrutura adequada, aproveita os resíduos das feiras e das podas.

Expôs que a limpeza urbana conta com vinte e quatro (24) caminhões, 39 coletores e motoristas e mais de duzentos (200) funcionários para retirar resíduos, capinar, roçar, varrer.

Que está em estudo novo transbordo municipal, com apoio das Secretarias de Meio Ambiente e de Urbanismo, e será localizado na Rodovia Padre Manoel da Nóbrega.

Sr. Valdir esclareceu que será um Centro de Gestão de Resíduos, com várias operações.

Sr. Marcelus apontou algumas projeções voltadas aos serviços de coleta de resíduos, aquisição de caminhões para coleta seletiva e Rapa Treco, outra cooperativa de reciclagem no novo transbordo, monitoramento dos descartes irregulares, urbanização de pontos críticos de descarte de resíduos. Estudos de implantação de cooperativa para recuperação de móveis, eletrodomésticos, entre outros.

Sr. Jaspe sugeriu a implantação de placas informativas nos pontos de descarte irregulares e de “disque denúncia” para que a sociedade civil pudesse ajudar com os serviços públicos. Também a melhoria da questão da poda de árvores, menor prazo, equipamentos adequados.

Sr. Marcelus informou que conforme meio/capacidade municipal vem implantando o Plano de Arborização. Que existem espécies adequadas para plantação no passeio público. Algumas podas necessitam do apoio da concessionária de energia.

Quando o munícipe requer a retirada de uma árvore na calçada, é obrigado a realizar o replantio de determinada espécie. Se a supressão for dentro de lote, existe a compensação ao Município, o munícipe deve fornecer seis (6) mudas de espécies adequadas para cada árvore retirada, que serão plantadas na malha urbana, acompanhadas pela SESURB durante seu desenvolvimento.

Sra. Josie esclareceu que o serviço de poda deve ser solicitado pelo requerimento digital.

Sr. Jaspe comentou que a concessionária de energia realiza a remoção de parte da árvore, no entorno da fiação, e a SESURB, em outro momento, executa a poda necessária. Questiona a possibilidade da concessionária fazer o serviço completo.

Sr. Marcelus explicou que este serviço deve estar estabelecido no contrato de concessão.

Sra. Josie agradeceu ao Marcelus a esclarecedora apresentação sobre os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

APROVAÇÃO DAS CONTAS DO FMSB DE 2025

Por haver a presença de mais da metade dos representantes, Sra. Cintia dispôs a quarta ordem do dia ser aprovação das contas do FMSB (Fundo Municipal de Saneamento Básico) de 2025.

Relembrou que, conforme legislação municipal, o FMSB é vinculado à Secretaria de Serviços Urbanos. Em 2019, o CMSB resolveu alocar os recursos do FMSB, provenientes dos repasses trimestrais da SABESP, para viabilizar ações ambientais relacionadas a resíduos sólidos.

Que segundo o Contrato de Concessão 01/2024, a SABESP deve repassar ao FMSB 4% da receita líquida no período de 2025 a 2060, até trinta (30) dias após a publicação dos resultados trimestrais.

E face a antecipação realizada em 2024, de 2% da receita líquida estimada para o período de 2025 a 2029, os repasses trimestrais de 2025 correspondem a 2% da receita líquida obtida no Município.

Sra. Cintia informou que, até o momento, o Município não recebeu o Ofício da SABESP comprovante de repasse ao FMSB, referente ao 4º trimestre de 2025.

Que baseados nos decrescentes valores dos três (3) primeiros repasses da SABESP de 2025, conforme combinado na reunião anterior, foi encaminhado um Ofício do Conselho à SABESP solicitando esclarecimentos acerca da redução dos valores das receitas e, por consequência, dos repasses ao FMSB em 2025.

A SABESP esclareceu que Praia Grande possui características acentuadas de sazonalidade, como a elevada população flutuante nos meses de verão, que reflete diretamente no consumo de água e na variação da receita operacional ao longo do ano.

Os Ofícios do Conselho e da SABESP foram encaminhados anexos a Convocação da reunião.

O Sr. Ribamar perguntou qual o volume de água consumida (faturada) a cada trimestre (repasso da SABESP). Também o volume de água das ligações clandestinas.

Sra. Cintia mencionou que o volume de água consumida é a medida (hidrometrada). E passou a palavra ao Sr. Israel.

O Sr. Israel informou sobre a impossibilidade de comparecimento da contadora da SESURB.

Dispôs que mesmo havendo alteração pela Emenda Constitucional 136/2025, de prestação de contas de 50% dos valores do FMSB, a partir de 09/09/2025, os valores dos repasses foram integralmente aplicados na coleta de resíduos, operação de transbordo e destinação final de resíduos sólidos urbanos, por meio do Contrato 135/2020, firmado com o Consórcio PG Eco Ambiental.

Apresentou o balancete vinculado, de 50% dos repasses na conta do FMSB, com receita de R\$ 6.984.987,47, despesa de R\$ 5.529.895,77 e saldo de R\$ 1.455.091,70. E o balancete desvinculado, de 50% dos repasses na conta do Município, com receita de R\$ 3.867.722,51, despesa de R\$ 1.688.832,50 e saldo de R\$ 2.178.890,01.

Informou que o valor do repasse da SABESP cobre em média de 4 a 7% dos custos com os serviços de resíduos, maiores de R\$ 103.000.000. E respondendo à pergunta do Sr. Ribamar, esclareceu que o pagamento ao Consórcio é efetuado por toneladas.

Sr. Ribamar expôs que deveria haver fiscalização na balança.

Sr. Ricardo explicou que o caminhão da coleta domiciliar descarrega direto na carreta no transbordo, anteriormente pesada vazia, o motorista recebe um ticket de pesagem que é confrontado no local do descarte.

Sr. Valdir dispôs sobre a aprovação dos recursos do FMSB para o fim, ações ambientais relacionadas a resíduos sólidos. Os desvios de condutas são analisados por outras instâncias.

Sra. Cintia esclareceu que o Tribunal de Contas verificará as contas do FMSB.

Sr. Valdir perguntou ao Sr. Ribamar sobre os fundamentos para os questionamentos.

Sr. Ribamar afirmou ter dúvidas sobre a quantidade de hidrômetros e a arrecadação da SABESP. E não ter convicção sobre os pagamentos realizados, da SABESP para o FMSB e do Município para o Consórcio.

Sra. Cintia lembrou que a SABESP é regulada, controlada e fiscalizada pela ARSESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo).

Sr. Jaspe expôs sobre a importância de transmissão de informações aos conselheiros da sociedade civil.

Sr. Ribamar sugeriu a existência de um Conselho autônomo, técnico e equipado para conferir os serviços e valores.

Sr. Valdir dispôs que vários outros órgãos já controlam a SABESP, como a CETESB e a ARSESP.

Sr. Ribamar entendeu que a desaprovação das contas do FMSB pelo CMSB mudaria a situação.

Sra. Cintia pediu que os membros contra as contas do FMSB apresentadas, se manifestassem, em ordem.

Sr. Ribamar se posicionou contra as contas do FMSB.

Como não houveram outras manifestações contra, foram aprovadas as contas do Fundo Municipal de Saneamento Básico de 2025.

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Sra. Cintia esclareceu que, mais uma vez, a minuta da ata foi enviada com prazo para análise e manifestações.

Sem contribuições, a Ata foi aprovada pelos Conselheiros.

A Ata com anexos está disponibilizada na página eletrônica do Conselho.

INFORMES DA MESA DIRETORA

Considerando o conturbado andamento da reunião, Sra. Cintia informou que os slides com os informes da mesa diretora serão anexados na Ata da Reunião.

Pediu ao Sr. Valdir que, sinteticamente, contasse as tratativas entre os Municípios integrantes da URAE 1 Sudeste (Unidade Regional dos Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário), Bertioga, Praia Grande e Peruíbe, a SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, a ARSESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo) e a CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) sobre o ICTEM (Índice de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município) na 15ª Reunião do Comitê Técnico da Região Metropolitana da Baixada Santista.

Sr. Valdir expôs que questionou a CETESB, fiscal da qualidade dos tratamentos dos esgotos nos municípios, sobre a falta de análise detalhada do monitoramento, como exemplo mencionou amostragem de apenas de um (1) dos três (3) emissários submarinos, constantes em Praia Grande, e a extrapolação do valor para os demais. Causando dúvida quanto a eficiência das Estações de Pré Condicionamento de Esgoto.

Sugeriu a realização do monitoramento dos lançamentos em todos os pontos dos emissários e nas águas a montante para obtenção de dados de qualidade das águas.

Propôs a CETESB ajudar com a metodologia para fazer amostragem bimestral ou trimestral, considerando os fatores climáticos e os pontos de coleta.

Dispôs que o Comitê de Bacias Hidrográficas aprovou os recursos para fazer amostragem na Baixada Santista, nos municípios com Estação de Tratamento de Esgoto e lançamento em corpo hídrico e nos municípios com Estação de Pré Condicionamento e Emissário Submarino e lançamento no oceano. Que só falta o tomador do recurso para a realização do trabalho para obtenção dos dados de qualidade real da água.

Sra. Josie esclareceu que a CETESB anteriormente analisava todos os municípios do Estado da mesma forma e que a partir de determinado ano adotou metodologia diferenciada para as áreas litorâneas. Ocorre que os municípios da Baixada Santista estão com ICTEM baixo, talvez por coleta realizada em período de chuva, principalmente, municípios com Emissários Submarinos.

Sra. Cintia informou que este indicador é recorrentemente apontado pelo Tribunal de Contas.

Sr. Valdir mencionou que, no seu entendimento, o Tribunal de Contas deveria apontar/questionar o resultado do indicador ao Estado, considerando seus investimentos nos sistemas de esgotamento sanitário nos últimos anos, com maior aporte em Praia Grande.

Pelo tempo decorrido, Sra. Josie encerrou a reunião as 16h22.

Josie Yabuta de Lima Hollanda (Presidente)

Israel Lucas Evangelista (Vice-Presidente)

Cintia Regina Santa Maria (Secretária Geral)

Syllis Flávia Paes Bezerra (1ª Secretária)

Valdir Pereira Ramos Filho

André Magalhães Perez

Eliane Aparecida Milani de Queiroz

Elaine Ferreira Louzano

Douglas Gianotti

Jaspe Lopes

José de Ribamar Ramos Santos

Fernando Eduardo Ventura Doveri

Hudson Benevides de Campos

Andrea Chrystinne Monteiro Beserra Rodrigues